

PROJETO DE LEI Nº 5.531, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a instituir Campus em Naviraí, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Autor: Deputado GERALDO RESENDE

Relator: Deputado IRAJÁ ABREU

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.531, de 2009, visa autorizar o Poder Executivo a instituir, no Município de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, um campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 2008.

Além disso, a proposição em tela também autoriza aquele Poder da União a praticar todos os atos necessários à implantação do referido campus.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição com base no que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei 11.892/08 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para substituir os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas e as Escolas Agrotécnicas Federais.

A partir daí, os Institutos Federais, de natureza autárquica, foram definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Assim, com a nova estrutura educacional, a partir da edição da referida lei, a expansão do ensino profissional na esfera federal deverá ocorrer por meio de tais institutos e da descentralização de suas atividades a partir da implantação de campi nos limites de suas respectivas áreas de atuação territorial.

A Lei 11.892/08 criou trinta e oito Institutos Federais, entre os quais o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, e estabeleceu que a relação dos campi integrantes de suas estruturas seria definida em ato do Ministério da Educação.

Após isso, para que outros Institutos Federais sejam criados é necessária a aprovação de lei específica, uma vez que a Constituição Federal determina que os órgãos da administração pública federal sejam criados por meio de lei, em sentido formal (art. 48, XI, e art. 61, § 1º, II, *e*, da Constituição Federal).

A criação de um novo campus, no entanto, corresponde à instalação de uma unidade descentralizada para execução de atividades sob responsabilidade dos Institutos Federais. Desta forma, como a ação diz respeito à organização e ao funcionamento daquelas autarquias, a instituição de um campus deve ser feita por ato do Poder Executivo, sem necessidade de autorização legislativa.

Quanto à criação dos cargos necessários ao funcionamento de novos campi, há a necessidade de aprovação de lei pelo Congresso Nacional,

porém a iniciativa legislativa, nesse caso, é privativa do Presidente da República, tendo em vista o que dispõe o art. 61, § 1º, II, *a*, da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido entende a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa, segundo a qual não é admissível lei autorizativa para esse fim, conforme juízo expresso em sua Súmula nº 1, de 1994, a qual estabelece que projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

Concluimos, portanto, ante todo o exposto, pela REJEIÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 5.531, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado IRAJÁ ABREU
Relator